

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA

PROVA ORAL/MALOTE 8

GRUPO III – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Quais as hipóteses de expropriação expressamente previstas na Constituição Federal de 1988? Em sua resposta, informe (i) o destino das propriedades expropriadas, (ii) a natureza da responsabilidade do proprietário, (iii) se há possibilidade de expropriação parcial do imóvel.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

12 Intervenção do Estado na propriedade: limitações administrativas, tombamento, requisição, servidão, ocupação temporária e desapropriação.

PADRÃO DE RESPOSTA

A expropriação é espécie de confisco constitucional e tem caráter sancionatório. São duas as hipóteses que autorizam a expropriação, segundo o art. 243 da Constituição Federal: a constatação de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a constatação da exploração de trabalho escravo. Quando expropriada, a propriedade será destinada à reforma agrária e a programas de habitação popular. Não haverá indenização ao proprietário.

O STF decidiu no RE 543.974 que a expropriação deveria ser estendida à totalidade do imóvel, indo além da área questionada.

O STF entende que é do proprietário o ônus de demonstrar que não incorreu em culpa, ainda que *in vigilando* ou *in elegendo*, conforme se decidiu no RE 635336/PE.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA

PROVA ORAL/MALOTE 8

GRUPO III – DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Em um contrato de concessão de serviço público, uma empresa, primeira concessionária, outorga a outra, segunda concessionária, mediante arrendamento, todos os bens de sua propriedade.

Nessa situação, como será a responsabilidade trabalhista dessas concessionárias diante da rescisão de um contrato de trabalho ocorrida antes da data da vigência da concessão e diante da rescisão de outro contrato de trabalho ocorrida após a entrada em vigor da concessão?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

3.2.3 Sucessão de empregadores.

PADRÃO DE RESPOSTA

A OJ-SDI1-225 determina que, celebrado contrato de concessão de serviço público em que uma empresa (primeira concessionária) outorga a outra (segunda concessionária), no todo ou em parte, mediante arrendamento, ou qualquer outra forma contratual, a título transitório, bens de sua propriedade, em caso de rescisão do contrato de trabalho após a entrada em vigor da concessão, a segunda concessionária, na condição de sucessora, responde pelos direitos decorrentes do contrato de trabalho, sem prejuízo da responsabilidade subsidiária da primeira concessionária pelos débitos trabalhistas contraídos até a concessão. No que toca a contrato de trabalho extinto antes da vigência da concessão, a responsabilidade pelos direitos dos trabalhadores será exclusivamente da antecessora.